

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.058/0001-92, com sede na Rua João Falcão, 2119, Centro desta cidade de Cacaulândia, estado de Rondônia, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor **DANIEL MARCELINO DA SILVA**, e do outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Av. \_\_\_\_\_, nesta Capital, doravante denominada CONTRATADO, representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, que será regido pela Lei nº 14.133/21 e suas alterações e legislação correlata, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 1-\_\_/2026, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)**

1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Empresa Especializada \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**1.1 Objeto da contratação:**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO DO GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada que disponha de espaço físico próprio, devidamente equipado, contendo piscina em condições adequadas de uso, higiene e segurança, com dimensões compatíveis com a prática de natação e hidroginástica, bem como disponibilização de profissional habilitado em Educação Física, para ministrar aulas de natação destinadas a crianças e adolescentes e hidroginástica voltadas a idosos e gestantes. As aulas deverão ser realizadas conforme cronograma previamente definido e aprovado pela Administração, observando a organização de turmas em períodos matutino e vespertino, de acordo com a necessidade do serviço. A capacidade das turmas deverá respeitar limite máximo de participantes compatível com a segurança da atividade, não superior a 17 (dezessete) alunos por turma.	MÊS	12		
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com disponibilização de profissional habilitado em Educação Física, para ministrar aulas de ginástica aeróbica, exercícios localizados e dança fitness, preferencialmente no estilo zumba ou equivalente, destinadas ao público em geral. As atividades deverão ser realizadas conforme cronograma previamente definido e aprovado pela Administração, observando a organização das turmas em períodos compatíveis com a demanda do serviço. A capacidade de participantes por aula deverá ser	MÊS	12		



ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO DO GLOBAL
	compatível com a segurança da atividade, o espaço físico disponível e a adequada condução das aulas pelo profissional responsável, não sendo admitida a superlotação que comprometa a qualidade e a segurança dos atendimentos. Inclui-se, ainda, a execução de atividades de ginástica e alongamento destinadas ao público idoso, a serem realizadas no Centro de Convivência da Terceira Idade, em horários previamente estabelecidos pela Administração, garantindo a regularidade, continuidade e adequação dos atendimentos às necessidades do público-alvo.				

## 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência e seus anexos;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da publicação da **Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**2.2** O prazo de vigência poderá ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.3** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência no item (7) e seus sub itens, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

**4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

**5.1** O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**6.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Unidade Orçamentária:**

**Programa:**

**Elemento de Despesa:**

**Funcional Programática:**

**Ficha:**

**6.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

---

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**7.1** O pagamento será efetivado no prazo de até 30 (trinta) dias após apresentação de nota fiscal devidamente atestada/certificada pelos usuários dos respectivos módulos e assinada pelos membros da Comissão de Recebimento de Materiais, Obras e Serviços e após verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor.

**7.2** Caso o **Contratado** seja optante pelo "SIMPLES" deverá apresentar, também, Declaração de Opção pelo SIMPLES original, em conformidade com o Anexo O Decreto nº5511/GP/2023, assinada pelo representante da empresa, e referente ao recolhimento de impostos naquela modalidade.

**7.3** O **contratado** caso for optante na Instrução Normativa/RFB n. 1234/2012 e que dever reter na fonte, deverá enformar no corpo da nota fiscal.

**§ 1º.** No corpo da nota fiscal deverão constar obrigatoriamente as seguintes referências:

- a) A especificação do objeto entregue;
- b) O número do processo que deu origem à contratação;
- c) O número de identificação do convênio que deu origem aos recursos orçamentários, se for o caso;
- d) O número da conta e agência do beneficiário.

**7.4** Para realização do pagamento além da efetiva comprovação da entrega dos serviços (objeto do contrato), faz necessário apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista vigente para o período de recebimento, análise e pagamento, composta por no mínimo os seguintes documentos:



- I - Certificado de Regularidade do FGTS.
- II - Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
- III – Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
- IV - Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.
- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
- VI - Certidão de falência e ou concordata.

**7.5 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA** efetuará a retenção dos valores relativos aos percentuais incidentes sobre os valores constantes da nota fiscal, fatura ou recibos emitidos pela **CONTRATADA**, relativa a tributos federais, estaduais e municipais, de conformidade com a legislação vigente.

**7.6 A CONTRATADA** declara ciência de que o presente contrato poderá ser impactado pelas alterações promovidas pela Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, especialmente quanto à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços pelos novos tributos denominados Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**7.7 A CONTRATADA** compromete-se a observar integralmente a legislação vigente durante toda a execução contratual, incluindo normas complementares e regulamentadoras supervenientes.

**7.8 A CONTRATADA** deverá emitir documentos fiscais em conformidade com o novo modelo tributário, quando aplicável, incluindo:

- Destaque de CBS e IBS;
- Correta classificação do serviço;
- Observância das normas da Receita Federal, o texto da Lei Complementar vigente, e do Comitê Gestor do IBS.

**7.9 A CONTRATADA** deverá emitir documento fiscal eletrônico conforme padrão nacional estabelecido pela LC nº 214/2025.

**7.9.1** O documento fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- Destaque do IBS;
- Destaque da CBS;
- Identificação do local da operação;
- Classificação do serviço.

**7.9.2** O **pagamento** ficará condicionado à regularidade do documento fiscal.

**7.10** – O recebimento do objeto dar-se-á em conformidade com os arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, por meio de **fiscal do contrato ou servidor designado**, observando-se:



I – **Recebimento provisório**, para efeito de verificação da conformidade do objeto com as especificações contratuais, mediante a lavratura de **Termo de Recebimento Provisório**;

II – **Recebimento definitivo**, após a verificação da qualidade, quantidade e do atendimento integral às exigências contratuais, mediante a emissão de **Termo de Recebimento Definitivo**.

Parágrafo único. Os procedimentos, prazos e critérios complementares para o recebimento do objeto encontram-se detalhados no **Termo de Referência**, especialmente no item (9), o qual integra o presente contrato para todos os fins legais.

---

## **CLÁUSULA OITAVA- REAJUSTE (art. 92, V)**

**8.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

**8.9** É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 12 (doze) meses.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**9.1** São obrigações do Contratante:



**9.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**9.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**9.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**9.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**9.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta minuta de contrato;

**9.9** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

**9.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

---

**9.10.1** A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

---

**9.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

**9.12** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**9.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando integralmente as disposições legais aplicáveis.

**10.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou por autoridade superior, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



**10.3.** Disponibilizar os profissionais necessários à execução dos serviços, devidamente habilitados e com qualificação compatível, assegurando que o educador físico responsável possua registro ativo e regular no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

**10.4.** Executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis, das boas práticas profissionais e das condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade, continuidade e segurança das atividades desenvolvidas.

**10.5.** Responsabilizar-se integralmente pelas condições de segurança durante a execução das atividades, inclusive quanto à orientação dos participantes, prevenção de lesões e adequação das atividades às condições físicas dos usuários.

**10.6.** Para o Item 1 (atividades aquáticas), assegurar que a piscina e o ambiente estejam em perfeitas condições de uso, higiene e segurança, atendendo às normas sanitárias e de segurança vigentes.

**10.7.** Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como por quaisquer danos causados à Administração, aos participantes ou a terceiros, não sendo excluída essa responsabilidade pela fiscalização exercida pelo Contratante.

**10.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente do Contratante ou do fiscal/gestor do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**10.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade por meio do SICAF, apresentar, até o dia 30 do mês subsequente, a documentação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**10.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo tais responsabilidades ao Contratante.

**10.11.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança dos participantes.

**10.12.** Comunicar à Contratante, no mesmo prazo, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos ou condições estabelecidas.

**10.13.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, garantindo acesso às informações e documentos relacionados à execução contratual.

**10.14.** Paralisar imediatamente, quando determinado pelo Contratante, qualquer atividade executada em desacordo com as normas técnicas ou que represente risco.

**10.15.** Submeter previamente à aprovação da Administração qualquer alteração relevante na execução dos serviços.

**10.16.** Não permitir trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente.

**10.17.** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 92, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

**10.18.** Cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes.

**10.19.** Comprovar o atendimento às reservas legais sempre que solicitado pela fiscalização.



**10.20.** Arcar com eventuais equívocos no dimensionamento da proposta, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**10.21.** Cumprir as normas de segurança, saúde e bem-estar aplicáveis às atividades físicas, garantindo ambiente adequado, inclusivo e acessível aos participantes.

**10.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.23** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.24** Os serviços entregues deverão ser de primeira qualidade, estando em perfeito estado de condições de execução.

**10.25** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**11.1** A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

**11.2** A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

**11.3** A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

**11.4** A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

**11.5** Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

**11.6** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

**11.7** A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

**11.8** A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

**11.9** A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.





**11.10** A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

**11.11** A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

**11.12** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

**11.13** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

**11.14** A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

**1.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**2.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**2.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.** compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou



contratar.

**13.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13.12** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na tabela abaixo:



TABELA 01

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	2%
2	2	4%
3	3	5%
4	4	6%
5	5	8%
6	6	10%

TABELA 02

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETIVA DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de comparecer ao local indicado para execução das aulas ou atividades após emissão da Ordem de Serviço ou autorização de início	2	Por ocorrência
2	Iniciar os serviços após o prazo definido pela Administração, sem justificativa aceita formalmente	3	Por ocorrência
3	Executar as atividades físicas em desacordo com o cronograma previamente definido e aprovado pela Administração	3	Por ocorrência
4	Alterar dias, horários, local, metodologia, turmas ou forma de execução sem autorização prévia da Administração	3	Por ocorrência
5	Ministrar aulas por profissional sem registro ativo no Conselho Regional de Educação Física — CREF	6	Por ocorrência
6	Disponibilizar profissional sem qualificação técnica compatível com o objeto contratado	5	Por ocorrência
7	Deixar de apresentar ficha técnica, comprovação de registro no CREF ou documentação do profissional responsável quando solicitado	3	Por ocorrência
8	Deixar de substituir profissional ausente ou impedido por outro de qualificação equivalente, comprometendo a continuidade das aulas	4	Por ocorrência
9	Interromper a execução das aulas ou atividades sem autorização formal da Administração	5	Por ocorrência
10	Cancelar aula ou atividade sem comunicação prévia à fiscalização, salvo caso fortuito ou força maior devidamente comprovado	3	Por ocorrência
11	Deixar de comunicar, no prazo máximo de 24 horas, ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança dos participantes	3	Por ocorrência



12	Deixar de comunicar, com antecedência mínima de 5 dias úteis, impossibilidade previsível de execução da atividade	2	Por ocorrência
13	Executar aulas sem observância da metodologia mínima exigida, incluindo aquecimento, desenvolvimento da atividade, alongamento e desaceleração final	3	Por ocorrência
14	Realizar aulas com duração inferior ao mínimo de 60 minutos, salvo autorização ou ajuste formal da Administração	3	Por ocorrência
15	Executar atividades incompatíveis com a faixa etária, condição física ou perfil do público atendido, especialmente crianças, adolescentes, idosos e gestantes	4	Por ocorrência
16	Deixar de orientar os participantes quanto à postura, hidratação, limites físicos e prevenção de lesões	3	Por ocorrência
17	Permitir superlotação de turma, especialmente nas atividades aquáticas, acima do limite compatível com a segurança ou superior ao limite previsto para o Item 1	5	Por ocorrência
18	Deixar de garantir ambiente seguro, inclusivo, acessível e adequado à realização das atividades	4	Por ocorrência
19	No caso do Item 1, disponibilizar piscina ou ambiente aquático sem condições adequadas de uso, higiene, segurança ou atendimento às normas sanitárias	6	Por ocorrência
20	Deixar de paralisar imediatamente atividade executada em desacordo com normas técnicas ou que represente risco, quando determinado pela Administração	6	Por ocorrência
21	Deixar de fornecer equipamentos básicos necessários à execução das aulas, quando aplicável e sob responsabilidade da contratada	3	Por ocorrência
22	Deixar de apresentar relatório mensal de execução dos serviços, contendo controle de frequência, descrição das atividades e demais informações exigidas	3	Por ocorrência
23	Apresentar relatório mensal incompleto, inconsistente ou sem elementos suficientes para aferição da execução contratual	2	Por ocorrência
24	Deixar de apresentar listas de presença ou controle de frequência dos participantes	3	Por ocorrência
25	Apresentar lista de presença, relatório ou informação falsa, adulterada ou incompatível com a execução real dos serviços	6	Por ocorrência
26	Deixar de corrigir falhas, inconsistências ou serviços executados em desconformidade no prazo estabelecido pela fiscalização	4	Por ocorrência
27	Recusar-se injustificadamente a atender determinação regular do fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior	5	Por ocorrência



28	Descumprir determinações da fiscalização quanto à regularidade das aulas, frequência, metodologia, segurança ou adequação ao público-alvo	4	Por ocorrência
29	Subcontratar parcialmente os serviços sem prévia comunicação, anuência da Administração ou em desacordo com o Termo de Referência	5	Por ocorrência
30	Subcontratar a totalidade do objeto contratado, em desacordo com as condições previstas no Termo de Referência	6	Por ocorrência
31	Deixar de manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira ou técnica	4	Por ocorrência
32	Deixar de apresentar documentação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária até o prazo exigido, quando não for possível verificação por sistema oficial	3	Por ocorrência
33	Descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou comerciais relacionadas à execução contratual	4	Por ocorrência
34	Contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente do Contratante, fiscal ou gestor do contrato	5	Por ocorrência
35	Causar danos à Administração, aos participantes ou a terceiros por negligência, imprudência, imperícia ou falha na execução das atividades	5	Por ocorrência
36	Deixar de reparar integralmente danos decorrentes da execução contratual quando comprovada responsabilidade da contratada	5	Por ocorrência
37	Retardar injustificadamente a execução, regularização ou continuidade das atividades contratadas	3	Por dia
38	Dar causa à redução da qualidade, regularidade ou continuidade dos serviços ofertados ao público-alvo	4	Por ocorrência
39	Dar causa à inexecução parcial do contrato, sem prejuízo direto grave ao interesse público	4	Por ocorrência
40	Dar causa à inexecução parcial do contrato com grave dano à Administração, aos usuários ou ao interesse público	6	Por ocorrência
41	Dar causa à inexecução total do contrato	6	Por ocorrência
42	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual	6	Por ocorrência
43	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	6	Por ocorrência
44	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza relacionada à execução contratual	6	Por ocorrência
45	Praticar ato lesivo à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável	6	Por ocorrência
46	Reincidir em infração já notificada anteriormente pela fiscalização ou gestão contratual	1	Por reincidência



**13.13.** Quando a CONTRATADA alcançar o total de 30 (trinta) pontos, cumulativamente, em infrações previstas, restará configurado também a inexecução do objeto;

**13.14.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.7.** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**13.8.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**14.2.1** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**14.3** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.3.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



**14.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3** Indenizações e multas.

**14.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**16.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1** Durante a vigência do contrato, a entrega será acompanhada e fiscalizada pelo servidor responsável da Secretaria Executiva de Licitações e Contratos, ou outro servidor por ele designado, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**17.2** O acompanhamento e fiscalização da contratação em questão ficarão sob a responsabilidade dos servidores elencados no Quadro abaixo:

<b>Nome Completo</b>	<b>Decreto</b>	<b>Tipo</b>
		Fiscal Administrativo
		Fiscal Técnico
		Fiscal do Contrato
		Gestor do Contrato





## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA COMPENSAÇÃO DE SANÇÕES COM CRÉDITOS DA CONTRATADA (art. 139, inciso IV, e 156)

**19.1** Aplicada sanção administrativa que importe em **multa pecuniária** ou outro valor devido pela **Contratada**, após regular **processo administrativo**, com observância do **contraditório e da ampla defesa**, e havendo **créditos líquidos, certos e exigíveis** a receber junto ao **Contratante**, fica **autorizada a compensação** dos valores, até o limite do montante devido a título de sanção.

**19.1.1** A compensação poderá ocorrer com valores decorrentes de:

- A) medições devidamente **aprovadas e atestadas** pelo fiscal do contrato ou servidor designado;
- B) **faturas liquidadas**, ainda que pendentes de pagamento;
- C) parcelas contratuais **vencidas e não pagas**;
- D) valores referentes a **reajustes, repactuações ou revisões contratuais** formalmente reconhecidos pela Administração;
- E) créditos apurados em **termos aditivos** já assinados e vigentes;
- F) saldos financeiros decorrentes de **reprogramação de cronograma físico-financeiro**, quando reconhecidos;
- G) valores retidos a título de **garantia contratual**, quando autorizada a utilização para recomposição do erário;
- H) créditos oriundos de **indenizações administrativas** reconhecidas em favor da Contratada;
- I) valores reconhecidos em **termos de reconhecimento de dívida**, desde que regularmente formalizados;
- J) valores constantes de **restos a pagar processados**, devidamente liquidados;
- K) créditos decorrentes de **contratos correlatos ou sucessivos** firmados com o mesmo órgão ou entidade, desde que juridicamente compatível;
- L) valores decorrentes de **decisões administrativas definitivas** favoráveis à Contratada;
- M) valores apurados em **processos de reequilíbrio econômico-financeiro**, quando homologados.

**19.1.2** A compensação será formalizada por meio de **ato administrativo específico**, devidamente motivado, com registro nos autos do contrato, sem prejuízo da atualização monetária, quando cabível.

**19.1.3** Na hipótese de o valor da sanção superar os créditos da Contratada, o saldo remanescente deverá ser recolhido no prazo fixado pela Administração, sob pena de inscrição em dívida ativa, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**19.1.4** A compensação prevista nesta cláusula encontra amparo na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente nos artigos **139, inciso IV, e 156**, e será aplicada em observância aos princípios da legalidade, eficiência, supremacia do interesse público e autotutela administrativa.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**20.1** As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

**I** Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

**II** Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

**III** comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral qualquer irregularidade que verem conhecimento acerca da execução do Contrato;

**IV** Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**20.2** A CONTRATADA declara ciência de que a prática de atos ilícitos no âmbito deste procedimento licitatório e da execução contratual poderá caracterizar crimes previstos no Código Penal Brasileiro, especialmente aqueles inseridos nos arts. 337-E a 337-P, sujeitando os responsáveis às sanções penais cabíveis, sem prejuízo das sanções administrativas e civis previstas na legislação vigente.

**20.3** A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, transparência e competitividade, devendo comunicar imediatamente à Administração qualquer indício de irregularidade, fraude ou tentativa de violação ao processo licitatório ou à execução do contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- FORO (art. 92, §1º)**

**21.1** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cacaulândia, Rondônia, \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de 2026

**Daniel Marcelino da Silva**  
Prefeito Municipal

**Nome do Secretario**  
Sec. Mun.

**Contratado**





## Município de Cacaulândia



63.762.058/0001-92

Rua João Boava

www.cacaulandia.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Minuta de Contrato</b>	<b>01</b>	<b>03/06/2026</b>

ID: <b>402848</b>	Processo	Documento
CRC: <b>8468CF8E</b>		
Processo: <b>3-46/2026</b>		
Usuário: <b>PAULO AURELIO SOUZA DOS SANTOS</b>		
Criação: <b>03/06/2026 08:24:59</b>	Finalização: <b>03/06/2026 08:30:11</b>	

MD5: **5D09722006CDDDB2F70AEE097813846DB**

SHA256: **0323E2FAA380BBEE31F77D8AAB40198C632030DC9361D522A03042296479BD09**

Súmula/Objeto:

**MINUTA**

### INTERESSADOS

SEMTAS	03/06/2026 08:24:59
--------	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	03/06/2026 08:24:59
------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.cacaulandia.ro.gov.br](https://transparencia.cacaulandia.ro.gov.br) informando o ID 402848 e o CRC 8468CF8E.